

Causa do Povo

Jornal da União Popular Anarquista - UNIPA - Nº 45 - Outubro de 2008

www.unipa.cjb.net / unipa_net@yahoo.com.br

R\$ 0,50

O Estado mostra suas cartas na nova ordem capitalista

O Estado (...) é o triunfo do reino das altas finanças, da bancocracia sob a proteção poderosa do poder fiscal, burocrático e policial que se apóia sobretudo na força militar. Bakunin. Estatismo e Anarquia. 1873.

Os últimos acontecimentos deram continuidade à crise anunciada na economia mundial, tendo os EUA como palco principal. Desta vez, em meio a sua farsa eleitoral, rapidamente todas as diferenças entre os candidatos que disputam a Casa Branca e seus partidos são “apagadas” aos gritos de unidade nacional para salvar a economia do Império. George W. Bush, Obama, McCain e todo o Parlamento se apressam para anunciar mais de 700 bilhões de dólares para salvar algumas das principais instituições financeiras envolvidas na crise e garantir o mercado de crédito interbancário global.

Há exatamente um ano atrás, o Jornal *Causa do Povo* já analisava esta crise que surgiu com o estouro da chamada “bolha” do mercado imobiliário, fruto da ação do Estado Norte-americano, que após o 11 de setembro (2001) diminuiu a taxa de juros para estimular o consumo facilitando o crédito, em especial o imobiliário. A partir de então o que se viu foi a ação de especuladores que elevaram o preço dos imóveis a cifras exorbitantes e lucravam com a compra e venda dos títulos das dívidas contraídas por financiamentos a longo prazo. Recentemente, com a incerteza colocada no mercado imobiliário dos EUA, a ação destes especuladores também aumentou preços dos alimentos e commodities agrícolas, ameaçando causar efeitos em cascata.

Em setembro/2007, dizíamos que o crescimento norte-americano se sustentava no aumento da oferta de crédito a longo prazo, que mantinha o consumo alto num contexto de pressão sobre o salário dos trabalhadores que se dá nas últimas três décadas. Ou seja, assegurando o consumo aquecido à moda norte-americana através do endividamento e da exploração do mercado de crédito, ao mesmo tempo. E a preocupação da coalizão dirigente de plantão é justamente em manter o mercado de crédito, transferindo a maior soma já dada diretamente aos banqueiros desde a crise de 1929. Isso, para alguns, representa o “fim do

neoliberalismo”. Mas eles não levam em conta que, no atual estágio de acumulação do capital, o Estado continua sendo um agente econômico estratégico, não mais como controlador direto de grandes monopólios estatais, mas como um “banco”, investidor financeiro, regulador e controlador da política monetária. Por isso, **observamos o intervencionismo estatal como uma das alternativas à crise, o socorro dos bancos centrais europeus e estadunidense aos bancos e demais instituições financeiras, bem como a estatização de algumas dessas empresas** (foi o caso do banco inglês Bradford & Bingley e da seguradora norte-americana AIG).

O que esta crise coloca de novo em relação às demais que se alternam desde o México/1994 é a sua proporção e a possibilidade dum cenário de resposta imperialista no próximo período, reagindo ao deslocamento de capitais e visando ampliar o controle estratégico geopolítico e militar sobre rotas comerciais, gasodutos, áreas de recursos naturais e novos estados títeres.

As raízes desta crise nos EUA estão nas transformações que ocorreram desde os anos 1980,

quando as saídas para a crise do capitalismo monopolista de Estado estabeleceram as bases para o surgimento de um novo modelo de acumulação de capital, ultramonopolista, no qual grandes corporações empresariais e certos fundos de capital criados no período anterior garantiram enorme liquidez no mercado financeiro mundial, com o aumento da oferta de crédito, grandes fusões e concentração cada vez maior de capitais que são acumulados em praticamente todas as regiões do globo.

Por enquanto, se garantiu uma saída ultramonopolista, com o anúncio de novas fusões e concentração de capital tanto nos EUA quanto na Europa: “No último dia 15/09, o banco americano de investimentos Lehman Brothers quebrou e teve partes de suas operações, na Ásia e no Oriente Médio, adquiridas pelo japonês Nomura Holdings. No Reino Unido, o HBOS foi comprado pelo Lloyds. (...) as ações do banco suíço UBS, um dos mais atingidos pela crise das hipotecas “*subprime*” (de maior risco), subiram 5,1%, com os rumores de que pode vir a ser comprado pelo HSBC” (Folha On line, 25/09/08). O mesmo ocorreu nos EUA, onde o banco JP Morgan adquiriu o Bear Stearns e Washington Mutual, e o Bank of América comprou o Merrill Lynch.

Nós da UNIPA indicávamos em nosso III Congresso (2007): “*O Estado Neoliberal faz parte da adaptação às novas condições de acumulação mundial (...). Ao mesmo tempo, a finaceirização ou o caráter bancocrático e especulativo do capital, se manifesta não pela contraposição entre capital financeiro e bancário e capital produtivo, mas ao contrário pela composição orgânica do capital bancário e industrial no interior dos oligopólios e corporações*”. ■

Sobre as interpretações da “crise” no Brasil leia “**Entre o Catastrofismo e o Triunfalismo**” na página 2.



O JP Morgan e Bank of America emergem da crise como grandes impérios oligopolistas do capital financeiro.

Leia
nessa edição

- * A ilusão legalista: um balanço dos vinte anos da Constituição Federal - p. 2
- * Eleições municipais no Rio de Janeiro: a degeneração da “esquerda” e o poder do capital - p. 3
- * Avanço da burocratização da CONLUTAS - p. 3
- * Bolívia: o Reformismo Alimenta a Contra Revolução - p. 4

Entre o Catastrofismo e o Triunfalismo:

as formas de não entender o significado da crise do sistema financeiro

A crise do sistema financeiro norte-americano (agravada no mês de setembro de 2008) tem provocado profundos debates na imprensa proletária e burguesa. Nesses campos temos dois posicionamentos típicos diante da crise: a visão triunfalista sustenta que o Brasil ficará imune à crise e que o crescimento da economia vai continuar independentemente dos acontecimentos no EUA; o catastrofismo passa a visão de que a crise financeira vai levar o capital a uma encruzilhada e fazer a economia como um todo desabar, possibilitando a ascensão do proletariado.

O triunfalismo é o posicionamento do Governo, da base governista especialmente do PT, e da imprensa burguesa em termos gerais. O catastrofismo é a posição teórica da oposição reformista e oportunista, como o PSTU e o PSOL. **“Ao contrário do que é amplamente noticiado pela mídia, tal crise não tem origem no mercado financeiro. Ela é apenas expressão de uma crise econômica clássica de superprodução”.** (PSTU/Qual o tamanho da crise financeira e econômica?).

O catastrofismo e o triunfalismo são formas igualmente errôneas de conceber os efeitos da crise. Enquanto a perspectiva catastrofista espera a auto-destruição do sistema capitalista, a triunfalista espera a auto-regulação do mercado.

O caráter dependente da economia brasileira e o alto grau de internacionalização da mesma fazem com que as crises nos setores estratégicos da economia atinjam necessariamente a economia brasileira. No

caso, quando a crise financeira atinge setores industriais e diminui o ritmo da demanda, isso se reflete necessariamente na economia brasileira que depende hoje da exportação de commodities. E esse processo já está em curso.

“O catastrofismo e o triunfalismo são formas igualmente errôneas de conceber os efeitos da crise. Enquanto a perspectiva catastrofista espera a auto-destruição do sistema capitalista, a triunfalista espera a auto-regulação do mercado”.

Por outro lado, a visão catastrofista comete uma série de pecados, especialmente o mecanicismo. Em primeiro lugar, subestima a capacidade da classe dominante e do Estado desenvolverem estratégias de absorção dos efeitos da crise. Em segundo lugar, ignoram as condições históricas que fazem com que o proletariado e suas organizações possam se aproveitar das crises do capital.

Entretanto, as crises econômicas não têm necessariamente efeitos homogêneos sobre os diferentes países. Basta lembrar que a crise de 1929 (usada como “modelo”) teve impactos muito diferentes. A recessão nos EUA levou a uma reestruturação do Estado no sentido intervencionista

(vemos inclusive ensaios disso nessa atual crise financeira) e do capital (possibilitando os investimentos de capital produtivo em países da periferia e possibilitando sua industrialização).

No caso do Brasil, a crise de 1929 levou à crise do modelo agrário-exportador, mas permitiu a formação do modelo industrializante e de modernização conservadora, assumido por parte da burguesia nacional associada ao capital estrangeiro. A culminância foi à formação do Estado Novo com a subordinação do movimento operário e o esfacelamento da luta de classes durante quase uma década.

Uma crise econômica não necessariamente impulsiona a luta e organização operária, mas pode ter também efeitos desorganizadores.

No caso, os reformistas esperam a crise como uma situação que possibilitará aos Partidos se colocarem como salvadores do desenvolvimento e do crescimento, através das suas respectivas plataformas de governo. Assim, o proletariado e os ativistas revolucionários não podem nem se render diante das teses burguesas, nem compartilharem de uma análise mecanicista sobre a relação crise-luta de classes. **Devemos entender que a crise do capital não resolve a crise de organização do proletariado brasileiro, e sem resolver à segunda, não conseguiremos enfrentar a primeira. E para isso é preciso romper com as amarras burguesas e reformistas sobre o conjunto da classe trabalhadora. ■**

A ilusão legalista: um balanço dos vinte anos da Constituição Federal

No atual momento, setores democrático-burgueses tentam “celebrar” os avanços representados pela “Constituição Cidadã” de 1988 e/ou lamentam suas “reformas” e inaplicação de diversos itens. Mas ainda se passa a idéia de que os trabalhadores devem abdicar da luta de classes e do socialismo pelas garantias constitucionais adquiridas e avanços “dentro do sistema”.

Um balanço crítico da constituição brasileira, do ponto de vista da teoria revolucionária anarquista, aponta em duas direções: na crítica dos avanços e limites das mudanças legais dentro do sistema capitalista (a distância entre a norma e o fato); a crítica das reformas constitucionais que adaptam a Constituição às novas exigências do capital.

Em primeiro lugar a avaliação do conteúdo da Constituição Federal, precisa passar pela análise da dinâmica da luta de classes nos anos 1980 e do contexto histórico que determinou seu surgimento. Devemos lembrar que os anos de 1986 e 1987 foram marcados por grandes greves nacionais, grande mobilização operária e camponesa. Os artigos que garantiam direitos políticos, sociais e políticos a classe trabalhadora só foram incorporados a ela por conta da pressão política dos movimentos sociais.

Mesmo assim, depois da luta política da classe trabalhadora ter garantido direitos sociais, políticos e civis (como direito de organização e liberdade sindical), o processo de reestruturação do capital dos anos 1990 e as diversas políticas de Estado levaram a uma

continua violação desses direitos. Os índices de violência, a impunidade garantida aos responsáveis por massacres, a perseguição política nos locais de trabalho mostra como a queda do nível de mobilização dos trabalhadores permitiu que a constituição fosse rasgada sempre que atendesse aos interesses da classe dominante.

Por outro lado, a Constituição sofreu uma série de reformas que expressam como o direito burguês é subordinado à dinâmica da economia capitalista. Algumas das principais reformas constitucionais mudaram as regras da previdência (permitindo o

aumento da exploração dos trabalhadores, dificultando a aposentadoria), garantiram a flexibilização do mercado financeiro.

As reformas constitucionais visavam aumentar a arrecadação do Estado, possibilitar a maior acumulação de capital através da mudança das regras de aposentadoria e dar mais liberdade ao capital financeiro. Algumas das principais reformas constitucionais se deram no ano de 1995, quando o primeiro pacote de emendas à Constituição, eliminou todo o art. 171, e desbancou a restrição do art. 170, inciso IX. Tais reformas visavam a abertura e o favorecimento do capital estrangeiro. Em 2004, a PEC (Projeto de Emenda Constitucional) mudou as regras da previdência no Brasil.

Ou seja, as reformas realizadas adequavam a constituição às necessidade de um capitalismo ultramonopolista. Fica claro que os “direitos” e as normas “constitucionais” são garantias extremamente vulneráveis às oscilações do capitalismo.

Fica então a principal lição para os trabalhadores brasileiros: é preciso romper com o “legalismo” e a ilusão “democrática” de que as mudanças jurídicas por si só são suficientes. As mudanças e garantias legais dentro da democracia burguesa do ponto de vista do revolucionário anarquista, só tem serventia como tática política da luta dos trabalhadores. Elas não são nada sem o movimento de massas e a ação direta da classe trabalhadora. Não há direitos sem luta! Não a ilusão legalista! ■



Manifestação da campanha “Diretas Já!”. O legalismo pacificou as mobilizações dos anos 80.

Eleições municipais no Rio de Janeiro: a degeneração da “esquerda” e o poder do capital

A cidade do Rio de Janeiro ficou 16 anos sob a hegemonia política do prefeito César Maia dos Democratas (antigo PFL). Iniciando sua carreira política no brizolismo, César Maia foi eleito prefeito a primeira vez em 1992 e sua administração foi marcada pela dura repressão à classe trabalhadora, expressa especialmente na violência contra camelôs e ambulantes, pelo discurso reacionário da “ordem urbana” e pela associação ao crime organizado (antes com o tráfico de drogas e hoje com as milícias).

A derrota de César Maia nessas eleições municipais (sua candidata, Solange Amaral recebeu apenas 3,92% dos votos válidos) mostra o esforço da burguesia carioca em recompor seus quadros diante da atual conjuntura política: hegemonia do Governo Lula/PT e associação entre o governador Sergio Cabral (PMDB) e o governo federal. Uma análise das principais candidaturas do primeiro turno ajuda a entender a movimentação da burguesia na cidade do Rio.

1. As candidaturas e a organização das forças políticas

Dos quatro primeiros colocados no primeiro turno, três disputaram o apoio do Governo Lula/PT: Eduardo Paes (PMDB), que ficou em primeiro lugar com 31,98% dos votos; Marcelo Crivella (PRB), que recebeu 19,06% e Jandira Feghali (PCdoB), quarto lugar com 9,79% dos votos. Apenas o segundo colocado, Fernando Gabeira (PV/PSDB), é oposição ao Governo Lula. Gabeira recebeu 25,61% dos votos válidos.

Eduardo Paes foi lançado pelo governador Sergio Cabral depois que o PMDB não fechou o apoio com o PT na candidatura do Alessandro Molon (recebeu 4,97% dos votos válidos). A burguesia investiu mais de 3,2 milhões de reais na campanha de Eduardo Paes, que ainda contou com máquina do governo do estado. Além disso, o PMDB controla importantes currais eleitorais através de milícias. Esses fatores garantiram seu primeiro lugar no primeiro turno das eleições.

No segundo turno o candidato do PMDB

conseguiu o apoio dos partidos da base aliada do Governo Lula.

Diante da incapacidade de César Maia construir uma candidatura forte a sua sucessão, Fernando Gabeira ocupou o espaço vazio, construiu sua candidatura a partir de um discurso extremamente reacionário com a defesa da “ordem urbana” e aglutinou os setores burgueses que simulam oposição ao Governo Lula: o PSDB e o DEM, esse último no segundo turno.

A candidatura de Fernando Gabeira foi mais uma prova de que a divisão entre “direita” e “esquerda” não passa de diferença ventre grupos burgueses. Assim que anunciou sua aliança com o PSDB Gabeira afirmou que a no atual mundo globalizado a diferença entre “direita” e “esquerda” não faz mais sentido. No segundo turno Gabeira diz que sua estratégia é atrair os “eleitores” da “esquerda”, mas na verdade unificou o PSDB e DEM na sua candidatura. É importante ressaltar que com o apoio do DEM Gabeira passa a ter espaço nos currais eleitorais das milícias controladas por esse partido.

2. Degeneração e capitulação

No segundo turno das eleições para prefeito do Rio de Janeiro o principal debate é quem irá atrair mais votos da “esquerda”: Eduardo Paes do PMDB, sendo apoiado pelo PT e pelo PCdoB ou ou Fernando Gabeira do PV, com o apoio do PSDB e do DEM.

Estamos diante de mais uma fase da degeneração dos partidos e dos grupos que tiveram origem no movimento popular e sindical, capitularam ao neoliberalismo e hoje colaboram com a burguesia.

O primeiro passo dessa degeneração foi a adesão à democracia representativa burguesa e, consequentemente, ao Estado burguês após-1985. Os partidos e grupos políticos da antiga oposição à Ditadura Militar, que já criticavam ou fizeram a



Eleições sob tutela militar: cerca de 3,5 mil homens do exército ocuparam 28 favelas para “garantir a seguranças” no primeiro turno das eleições.

autocrítica à luta armada, abandonaram a luta pela emancipação da classe trabalhadora diante da possibilidade de disputar cargos eletivos no Estado. A capitulação ao neoliberalismo e a colaboração de classe são aprofundamentos da participação dos partidos e grupos políticos no Estado burguês via processo eleitoral.

Bakunin afirmava em 1870 que a classe trabalhadora ainda não tinha construído uma política autônoma em relação à burguesia. Passados cerca de 140 anos, percebemos que a classe trabalhadora ainda não conseguiu construir uma política autônoma capaz de apontar para sua emancipação, ou seja, para a destruição do Estado e da propriedade privada. O abandono da via eleitoral pode constituir um passo importante nessa construção, por isso, conclamamos todos os trabalhadores ao não comparecimento às urnas. Não vote! Lute! ■

Avanço da burocratização da CONLUTAS

Nos dias 13 e 14 de setembro, ocorreu no Rio de Janeiro a Reunião de Coordenação Nacional da CONLUTAS que escolheu a Secretaria Executiva Nacional da entidade. Constituída por 21 membros a partir da proposta da corrente majoritária na CONLUTAS - o PSTU. Nessa proposta caberia ao PSTU 10 cargos, ao CONLUTE 1 cargo e os 10 cargos restantes foram destinados a outras forças políticas. Entretanto, as demais forças políticas que compõem a CONLUTAS, algumas por princípios outras por oportunismo, recusaram o loteamento e o acordo de cúpula propostos.

O I Congresso da CONLUTAS, realizado em julho (Betim/MG), decidiu que a Secretaria Executiva Nacional deveria ser eleita na Reunião de Coordenação Nacional e não no Congresso da CONLUTAS. O principal argumento dessa tese foi de que, se eleita em Congresso, a Secretaria Executiva Nacional teria membros fixos até o Congresso seguinte. Assim, a revogabilidade de mandato seria inviabilizada. Essa tese é absurdamente frágil, pois o próprio Congresso poderia definir os métodos de substituição a serem praticados nas Reuniões de Coordenação Nacional da CONLUTAS.

O que de fato não foi explicitado é a estratégia da força política majoritária na CONLUTAS de indicar as outras forças políticas que se afastaram ou que já deixaram claro de que não querem integrar a CONLUTAS, como o MTL e a Intersindical, que as portas da CONLUTAS estão abertas e que um acordo político de cúpula poderá garantir-lhes um espaço na Secretaria Executiva Nacional da entidade.

A metodologia empregada pela força majoritária na CONLUTAS para a composição da Secretaria Executiva Nacional é representativa da sua orientação reformista, onde os interesses da classe trabalhadora são submetidos os interesses partidários.

Mas afinal, qual é a função da Secretaria Executiva Nacional? Por que a sua composição foi feita sem nenhuma discussão prévia e a partir das imposições feitas abertamente pela força majoritária na CONLUTAS? Por que as correntes mais principistas questionam o porquê da Secretaria Executiva Nacional não ter sido tirada no Congresso? Por que a oferta de cargos para a composição da chapa proposta pela força política majoritária não foi

aceita por outras forças políticas?

É significativo o fato de que poucos se apresentaram para formarem essa Secretaria, o que demonstra a baixa credibilidade do processo. Nesse sentido, a Secretaria Executiva Nacional se iguala aos Grupos de Trabalhos (GTs). A inoperância da estrutura de GTs, que por sinal é bastante avançada, está na falta de credibilidade, de seriedade e de estratégia de luta para os movimentos sindical e popular. Portanto, os problemas continuam os mesmos. **A CONLUTAS continuará não investindo no trabalho de base e mantendo-se na linha dos acordos de cúpulas, privilegiando a política de composição para ocupação de cargos nas entidades sindicais.**

Hoje o principal desafio da classe trabalhadora continua a ser o de **construir uma central popular e sindical a partir da base, sob os princípios do sindicalismo classista e combativo e que seja capaz de romper com o reformismo que levou à capitulação da CUT e está burocratizando a CONLUTAS. ■**

Bolívia: o Reformismo Alimenta a Contra Revolução

A proposta política do Movimento Ao Socialismo (MAS), que levou o líder cocaleiro Evo Morales à presidência alimentou a contra-revolução da oligarquia boliviana a partir das províncias da chamada Meia Lua (Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija). Após apostar todas as suas fichas nas eleições presidenciais do final de 2005, com a proposição de criação de uma assembleia constituinte, o projeto reformista de Morales/Linera entrou em um impasse. A proposta de “capitalismo andino” rechaçada pelas elites empresariais vinculadas ao agronegócio e ao petróleo só serviu para que a burguesia local se organizasse e para que os movimentos sociais perdessem todo seu ímpeto revolucionário do biênio de 2003-2005.

Após ter refreado estas mobilizações, o MAS começou a implementar sua política de conciliação de classes. Depois de conquistar 137 cadeiras das 255 do parlamento do Estado Boliviano, aprovou as novas regras de exploração dos recursos naturais. Em 2006, fez a Convocação da Assembleia Constituinte, que não contaria com a participação direta das organizações populares, sociais, camponesas e operárias e que deveria ser aceita por 2/3 do novo congresso eleito. Isso inviabilizou a própria maioria do MAS, que não contava com esses 2/3 do parlamento burguês.

Durante 6 meses do ano de 2006, a Assembleia Constituinte não andou. O movimento social ficou a espera das iniciativas estatais por reformas, que até agora não vieram. Enquanto isso, os 100 grupos familiares-empresariais que controlam a região oriental da Bolívia (a meia lua) e as principais riquezas do país se organizavam e rechaçavam o governo federal.

1. A Política Conciliatória abre Caminho para a Vitória da Burguesia

A política conciliatória do MAS de Garcia e Morales impediu possíveis vitórias populares. Ao optar pela garantia do Estado de Direito através da proposta de criação de uma Assembleia Constituinte, apostando todas as fichas no jogo eleitoral, refreou as forças revolucionárias das massas bolivianas.

A convocatória da Assembleia acordada entre o governo de Evo Morales e a oligarquia petro-latifundiária não aceitou a representação direta das organizações sociais e populares do campo, das minas e das cidades, deixando toda a representação para os partidos tradicionais e para o MAS. Esta proposta, já rebaixada, desagradou a Confederação dos Indígenas do Oriente da Bolívia (CIDOB), o Conselho Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu (CONAMAQ), a Confederação dos Povos Étnicos de Santa Cruz (CPESC), a Federação das Juntas Vicinais de EL Alto (FEJUVE) e a própria Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), histórica base de apoio do MAS.

Aceito o jogo das elites, o MAS, pressionado por suas bases e sem uma ampla maioria no congresso constituinte, mudou o jogo burguês no meio do caminho: diminuiu de 2/3 para 50% os votos necessários para aprovar a nova constituição. Isso abriu caminho para o

questionamento da legitimidade da constituinte pela oligarquia petro-latifundiária.

Ao tomar o estado burguês pela via eleitoral o MAS passou a adotar o ponto de vista da reação e reestruturou o débil poder de estado colocado em cheque pela forças operárias, indígenas, camponesas e populares urbanas no “Impuestazo”, na “Guerra do Gás” e nas Jornadas de Outubro de 2005.

Até o desenrolar do processo de insubordinação das elites políticas e econômicas da Meia Lua, o governo do Movimento Ao Socialismo não colocou em cheque os pilares do capitalismo, a propriedade privada e o estado. Pelo contrário, renegociou os contratos e os legalizou, garantiu o envio de lucros para o exterior e a propriedade das transnacionais, agora compartilhada com a estatal YPFB.

Com as diversas concessões às elites oligárquicas de Santa Cruz, respeitando o Estado de Direito, ou seja, a histórica concentração de riqueza na Bolívia, o governo federal abriu caminho para a reconstrução política do poder da elite agroexportadora. Neste meio tempo, esta elite conseguiu reorganizar bases de apoio civis e, com o apoio norte-americano, sua antiga política de desintegração territorial.

2. O Governo Federal Tenta Dividir o Povo

Tendo refreado o movimento social-popular para conquistar o estado, ao invés de avançar para uma insurreição popular, o MAS e o governo federal de Morales-Linera têm como estratégia a divisão do protagonismo popular boliviano. Para isso, tenta cooptar os movimentos indígenas e camponeses, de forte protagonismo popular e que cresceram muito Bolívia com os processos de demissão dos mineiros. Este fato diminuiu, em parte, o poder da COB.

Com isso, Linera e Morales vêm incentivando uma divisão no movimento popular ao tentar se sustentar através das organizações indígenas e camponesas, desqualificando o setor operário, inclusive acusando a COB de fazer o jogo da elite. Segundo o vice-presidente, Álvaro Garcia Linera, “Os indígenas não querem retirar do poder a oligarquia, não querem desbancá-la; o que eles tentam é compartilhar o poder, querem controlar a Bolívia com os que até agora seguem sendo os donos das vidas, fazendas e maiores riquezas do país.” (www.econoticiasbolivia.com)



Manifestantes contrários ao referendo em Santa Cruz de la Sierra.



Assim, incentiva uma divisão no movimento popular, uma vez que o MAS não consegue ter o controle do setor operário, nem mesmo com a eleição de membros do Movimento para a direção da COB. Com isso, amplia a estratégia do governo que, segundo Linera, significa “um processo de redistribuição do poder com um novo núcleo articulador: o movimento indígena”.

Apesar desta tentativa, o governo sofre com a pressão das suas próprias bases camponesas e principalmente do setor popular-urbano através da Federação das Juntas Vicinais de EL Alto (FEJUVE), dos setores operários vinculados à Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros (FSTMB), das Centrais Obreras Departamentais (COD) de La Paz e Oruro, da Central Obrera Regional de Elto e da COB.

A CSUTCB, ao lado das organizações indígenas como CIDOB, CONAMAQ e CPESC, vem apoiando o governo federal e mantém as propostas de adesão à constituinte da Nova Constituição Política. A FEJUVE rompeu uma trégua estabelecida com o governo em 2006. O setor operário vem lutando pela implementação da agenda 2003-2005.

Ainda assim, em 10 de setembro de 2007, a “Cimeira de Organizações Sociais dos povos e nações indígenas originárias camponesas e organizações populares das cidades”, com massiva presença de militantes governistas, aprovou uma declaração que reivindica, entre outras coisas, a imediata expropriação sem indenização do latifúndio.

A política reformista do MAS alimenta a contra revolução e ainda tenta enfraquecer as alianças entre as diferentes frações do proletariado boliviano, privilegiando alguns setores, como é o caso de parte do movimento indígena. O caminho da conciliação de classes tem fortalecido os oligarcas dos departamentos insubordinados e, assim que estes tiverem força suficiente, eles não titubearão em dar um golpe de Estado. ■